



Universidades Lusíada

Netto, José Paulo, 1947-

Assistencialismo e regressividade profissional no serviço social

<http://hdl.handle.net/11067/1075>

<https://doi.org/10.34628/641z-jf14>

Metadados

Data de Publicação	2013
Resumo	A consolidação do Serviço Social, operada durante a vigência do Welfare State, propiciou aos seus profissionais o exercício da ação assistencial diferenciada da intervenção assistencialista. No quadro contemporâneo da exponenciação da “questão social”, simultânea à erosão dos direitos sociais implementados durante o Welfare e no marco de uma crise sistêmica da ordem social dominante, estão postas as condições para um retorno aos referenciais assistencialistas, condições favorecedoras de regressõ...
Palavras Chave	Assistentes sociais, Serviço social - Filosofia
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 41 (2013)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T10:10:37Z com informação proveniente do Repositório

ASSISTENCIALISMO E REGRESSIVIDADE PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL

José Paulo Netto

Resumo

A consolidação do Serviço Social, operada durante a vigência do Welfare State, propiciou aos seus profissionais o exercício da ação assistencial diferenciada da intervenção assistencialista. No quadro contemporâneo da exponenciação da “questão social”, simultânea à erosão dos direitos sociais implementados durante o Welfare e no marco de uma crise sistêmica da ordem social dominante, estão postas as condições para um retorno aos referenciais assistencialistas, condições favorecedoras de regressões na dinâmica profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; crise sistêmica do capital; assistencialismo.

Abstract

The consolidation of Social Work, operated during the term of the Welfare State, propitiated to their professionals the exercise of an assistive action differentiated from the assistive intervention. In the contemporary frame the exponentiation of the “social question”, simultaneous with the erosion of social rights implemented during Welfare and in the mark of a systemic crisis from the dominant social order, conditions for a return to the assistentialist references are placed, conditions wich favor regressions in the professional dynamic.

Key-words: Social Work; capital systemic crisis; assistencialism.

Introdução

Em todas as latitudes, o Serviço Social vem experimentando, nas últimas três décadas, mudanças substantivas. Tais mudanças envolvem a profissão como um todo: alteram-se os parâmetros da formação dos assistentes sociais, modificam-se as referências (teóricas, metodológicas e ídeo-políticas) que norteiam as suas práticas, distintos padrões de relações laborais enquadram a sua inserção ocupacional, diversificam-se as suas áreas de intervenção e

também o universo dos usuários dos seus serviços. Embora diferenciadamente, a percepção dessas mudanças e seus impactos atravessa, já há algum tempo, a maioria dos periódicos profissionais, comparece em larga bibliografia e ressoa na documentação institucional¹.

Está claro que esse processo, extremamente complexo – e que, longe de envolver somente o Serviço Social, cobre todo o elenco de atividades incidentes sobre o campo do social –, vincula-se, estreita porém mediatamente, às grandes transformações societárias que, igualmente nos últimos três decênios, vêm afetando a sociedade da ordem econômico-política regida pelo capital, ordem que, no mesmo lapso temporal, viu-se planetarizada inclusive pela crise terminal das experiências do que foi chamado de “socialismo real”. E mais: tal processo se dá no marco do que se afigura uma crise sistêmica da ordem do capital, implicando uma visível regressão de valores civilizatórios duramente conquistados num longo percurso histórico.

O conciso artigo que ora se publica (oferecendo ao leitor um largo e pluralista rol de indicações bibliográficas para aprofundar e desenvolver questões conexas à temática nele abordada²) sinaliza o que me parece reinstaurar, no quadro contemporâneo, um vetor de regressividade no campo profissional do Serviço Social – o assistencialismo.

1 No que toca aos periódicos profissionais, apenas a título de ilustração, recorra-se, entre muitas, a publicações bem conhecidas: *British Journal of Social Work* (Reino Unido), *Social Service Review* (EUA), *Canadian Social Work Review* (Canadá), *Transnational Social Review* (Alemanha), *The New Social Worker* (EUA), *European Journal of Social Work* (Reino Unido), *Revue Française de Service Social* (França), *Lien Social* (França), *Serviço Social & Sociedade* (Brasil), *Escenarios* (Argentina) e *Revista de Trabajo Social* (seja a chilena, seja a mexicana).

Quanto à bibliografia, só é possível mencionar aqui, de um rol enorme, uma pequeniníssima, mas expressiva, amostragem: J. Clarke (ed.), *A Crisis in Care? Challenges to Social Work*. London: Sage, 1993; N. Parton (ed.), *Social Theory, Social Change and Social Work*. London: Routledge, 1996; Chopart, J.-N. (dir.), *Les mutations du travail social*. Paris: Dunod, 2000; A. Adams et alii (eds.), *Fundamentals of Social Work in Selected European Countries*. Lime Regis: Russel House, 2000; P. Mondolfo, *Travail social et développement*. Paris, Dunod, 2001; L. Dominelli, *Social Work: Theory and Practice for a Changing Profession*. Cambridge: Polity Press, 2004; W. Lorenz, *Social Work in a Changing Europe*. London: Routledge, 1994 e *Perspectives on European Social Work*. Opladen: Barbara Budrich Publishers, 2006; M. V. Iamamoto, *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. S. Paulo: Cortez, 2007; V. Fortunato et alii (eds.), *Social Work in Restructured European Welfare Systems*. Roma: Carocci, 2008; M. Payne & G. A. Askeland, *Globalization and International Social Work*. Farham (UK): Ashgate, 2008.

Enfim, acerca da documentação institucional, recorra-se, por exemplo, a textos da última década das seguintes organizações: *International Federation of Social Workers*, *International Association of Schools of Social Work*, *European Association of Schools of Social Work* e *Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social*.

2 Espero que o eventual leitor não se apoquente com este rol de referências, que podem parecer excessivas; elas são aqui registradas porque entendo que os especialistas da área do Serviço Social devem sempre socializar as suas fontes, procedimento imperioso para alargar o horizonte das pesquisas e estimular/problematizar mais pistas de investigação.

Serviço Social: da institucionalização à consolidação profissional

O exame cuidadoso e o tratamento crítico da história do Serviço Social – que, de fato, desenvolveram-se a partir dos anos 1970, quando teve início a ruptura com as concepções endogenistas da sua história³ – revelam que a sua institucionalização profissional decorre entre a última década do século XIX e finais da terceira década do século XX, coincidindo com a estruturação (segundo E. Mandel, ocorrente entre 1890-1940) do estágio “clássico” do capitalismo monopolista⁴.

Esta determinação historiográfica diz respeito, é preciso salientar, à profissionalização do Serviço Social nos países capitalistas centrais (em especial, França, Bélgica, Inglaterra, Estados Unidos e Canadá); ela não foi sincrônica à

3 Sobre o endogenismo na análise do desenvolvimento do Serviço Social, cf. C. Montañó, *A natureza do Serviço Social*. S. Paulo: Cortez, 2007.

4 Para mapear a profissionalização do Serviço Social, a documentação é, do ponto de vista quantitativo, enorme; refiro, aqui, tão somente os principais títulos de que se socorrem as minhas pesquisas: R. E. Pumphrey & M. W. Pumphrey (eds.), *The Heritage of American Social Work*. New York: Columbia University Press, 1967; P. Seed, *The Expansion of Social Work in Britain*. London: Routledge & Kegan Paul, 1973; R. Lubove, *The Professional Altruist. The Emergence of Social Work as Career (1880-1930)*. New York: Atheneum, 1977; J. Leiby, *A History of Social Welfare and Social Work in the United States*. New York: Columbia University Press, 1978; J. Verdès-Leroux, *Le travail social*. Paris: Minuit, 1978; Y. Kniebihler, *Nous les assistantes sociales. Naissance d'une profession. Trente ans de souvenirs d'assistantes sociales françaises (1930-1960)*. Paris: Aubier, 1980; J. Midgley, *Professional Imperialism: Social Work in the Third World*. London: Heinemann, 1981; M. E. Martínez et alii, *Historia del Trabajo Social en Colombia*. Bogotá: Tecnilibros, 1981; M. V. Yamamoto e R. Carvalho, *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. S. Paulo: Cortez/Celats, 1983; M. M. Castro, *História do Serviço Social na América Latina*. S. Paulo: Cortez, 1984; J. H. Ehrenreich, *The Altruistic Imagination: A History of Social Work and Social Policy in the United States*. Ithaca (NY): Cornell University Press, 1985; H.-J. Brauns & D. Kramer, *Social Work Education in Europe: A Comprehensive Description of Social Work Education in 21 Countries*. Frankfurt: Deutschen Vereins, 1986; H. Mouro e A. Carvalho, *Serviço Social no Estado Novo*. Coimbra: Centelha, 1987; N. Alayón, *Historia del Trabajo Social en Argentina*. Buenos Aires: Espacio, 1992; M. C. Hokenstad et alii (eds.), *Profiles in International Social Work*. Washington: NASW Press, 1992; T. D. Watts et alii (eds.), *International Handbook on Social Work Education*. London: Greenwood Press, 1995; C. Rater-Garcette, *La professionnalisation du Travail Social : action sociale, syndicalisme, formation, 1880-1920*. Paris: L'Harmattan, 1996; E. E. Ramírez, *Historia del Trabajo Social en México*. México: Plaza y Valdéz, 1998; M. H. Q. Neira (org.), *Antología del Trabajo Social chileno*. Concepción: Universidad de Concepción, 1999; A. M. C. Martins, *Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português*. Lisboa: Fund. C. Gulbenkian/Fund. para a Ciência e a Tecnologia, 1999; N. Tello (coord.), *Trabajo Social en algunos países: aportes para su comprensión*. México: UNAM, 2000; G. Parra, *Antimodernidad y Trabajo Social. Orígenes y expansión del Trabajo Social argentino*. Buenos Aires: Espacio, 2001; L. Ruiz, “*Sesenta años de Trabajo Social en Venezuela*”. *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, enero-julio, 2002; S. Hering & B. Waaldijk, *History of Social Work in Europe (1900-1960)*. Opladen: Leske & Budrich, 2003; E. Jovelín (dir.), *Histoire du Travail Social en Europe*. Paris: Vuibert, 2008; W. R. Wendt, *Geschichte der Sozialen Arbeit*. Stuttgart: Lucius & Lucius, 2008; M. L. Molina, “*El Trabajo Social en América Latina y Caribe*”. *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Serviço Social, n° 22, 2009; G. Hauss & D. Schulte (eds.), *Amid Social Contradictions: Towards a History of Social Work in Europe*. Leverkusen: Barbara Budrich Publishers, 2009; J. Pierson, *Understanding Social Work. History and Context*. New York: Two Penn Plaza, 2011; K. Lyons et alii, *The Sage Handbook of International Social Work*. London: Sage, 2012.

institucionalização profissional nas semiperiferias e nas periferias capitalistas, que ocorreu mais no período subsequente ao fim da Segunda Guerra Mundial; até à eclosão deste conflito, pode-se pensar o Serviço Social como uma profissão efetivamente institucionalizada apenas na Europa Nórdica e Ocidental (daí praticamente excluída a Península Ibérica) e na América do Norte⁵.

Hipótese a ser mais explorada, e com a qual trabalho, sugere que, no caso específico do Serviço Social, a profissionalização não foi expressiva da sua consolidação – que supõe mais que a sua regulamentação jurídico-institucional (exigências de formação e de credenciamento dos agentes técnicos, definição de estatuto laboral e de atribuições funcionais, reconhecimento legal): a consolidação supõe ainda e também a conquista de uma legitimidade social conferida por práticas profissionais de resultantes visíveis. As indicações mais seguras apontam para a consolidação do Serviço Social como um fenómeno próprio à constituição e densificação dos vários formatos do Welfare State, emergente já na sequência da crise de 1929, mas de fato implementado no pós-Segunda Guerra Mundial e que, do ponto de vista geopolítico, na sua breve história, envolveu uma parcela bem restrita da população mundial⁶.

Nas suas diversas formulações, o Welfare State (sob distintas designações: Estado de bem-estar social, Estado social, Estado providência, Estado benefactor) caracterizou-se, entre outros traços distintivos, por abrigar o que Marshall nominou direitos sociais⁷ – em função das lutas conduzidas pelo proletariado em seus espaços nacionais e/ou do temor que a simples existência do experimento soviético provocava nos estratos dirigentes das classes dominantes ocidentais. Ora, o Welfare State, que foi uma das possibilidades de ordenamento sócio-político do Estado burguês na idade do monopólio⁸, operou no sentido de concretizar esses direitos sociais mediante um de seus instrumentos reguladores mais importantes, a política social – e, nas modalidades específicas desta, acabou por instaurar o que ficou conhecido como seguridade social, de que a assistência

5 Com efeito – e deixadas de lado as transplantações colonialistas da profissão –, a universalização do Serviço Social é posterior a 1960 (o seu último capítulo, invadindo a Europa Central e do Leste, está diretamente ligado ao colapso das experiências do “socialismo real” e ao impacto negativo deste colapso sobre amplos contingentes populacionais).

6 Cf. P. Flora & A. Heidenheimer (eds.), *The Development of Welfare State in Europe and America*. New Brunswick: Transaction, 1981; R. Mishra, *Society and Social Policy. Theories and Practice of Welfare*. London: MacMillan, 1981 e *O Estado providência na sociedade capitalista*. Oeiras: Celta, 1995; G. Esping-Andersen, *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Cambridge/Princeton: Polity Press & Princeton University Press, 1990 e C. Pierson & F. Castles (eds.), *The Welfare State Reader*. Cambridge: Polity Press, 2007.

7 Cf. T. H. Marshall, *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Para uma crítica da concepção de Marshall, cf. N. Bobbio, *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 2004; para uma interessante alternativa liberal à concepção tradicional dos direitos sociais, cf. J. C. Espada, “Direitos sociais de cidadania – uma crítica a F. A. Hayek e R. Plant”. *Análise social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, vol. XXX (131-132), 1995.

8 Tais possibilidades são, também, uma função do nível e do resultado das lutas de classes em contextos sócio-históricos muito determinados – cf. J. P. Netto, *Democracia e transição socialista*. Escritos de teoria e política. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

social passou à condição de componente.

Em poucas palavras: com o Welfare State, a assistência social trasladou-se também para o campo dos direitos constitutivos da cidadania (tal como concebida por Marshall). A ênfase no “também” não é casual: historicamente marcada pelo cariz filantrópico-caritativo, a assistência social mesmo tornada direito não promoveu a eversão das formas filantrópico-caritativas, que prosseguiram como tais (e que, ademais, registraram mudanças) – tão somente, instaurou-se-lhe um novo estatuto, que a liberava das hipotecas da benemerência e do favor. Esta translação para o campo dos direitos foi extremamente significativa para o Serviço Social.

Com efeito, o Serviço Social, já nas suas protoformas, buscava de algum modo delimitar-se do mero caritativismo, ainda que sem desvincular-se dos valores éticos que o animavam – buscava, em especial, organizá-lo de forma menos aleatória, mais sistemática⁹, procurando delimitar com nitidez as suas práticas mediante a adoção de instrumentos e modalidades interventivos providos de racionalidade pretendidamente científica (donde o apelo às ciências sociais então emergentes); buscava, em suma, operar uma ação assistencial de novo tipo. Seu processo de institucionalização, que lhe garantiu algum tratamento técnico da “questão social”¹⁰, entretanto, não o afastou por completo das suas origens, intimamente vinculadas à ação assistencial filantrópico-caritativa (e há autores que situam o Serviço Social como “a profissão da assistência”). Mas sempre fez parte da reivindicação da profissionalidade do Serviço Social a distinção entre a ação assistencial e o assistencialismo, marcado pelo caráter emergencial, pelos traços manipuladores, pela ideologia da benemerência e do favor, pela incidência do clientelismo (“caciquismo”), pelo pragmático enfrentamento de expressões da “questão social” com a objetiva ignorância do seu sistema de causalidades¹¹.

Nas condições próprias do Welfare State, que conferiram à assistência social o estatuto de direito, encontraram enfim os assistentes sociais os suportes (sócio-políticos e institucionais) para exercerem uma intervenção social distinta do assistencialismo, uma ação assistencial liberada do imediatismo e do

9 Recorde-se a ação da célebre COS, fundada em Londres em 1869 – cf. H. D. Bosanquet, *Social Work in London, 1869-1912: A History of the Charity Organisation Society*. New York: A. M. Kelley, 1970 (ed. orig. de 1914).

10 A relação entre Serviço Social e “questão social” é objeto de larga bibliografia profissional, dispensável de referir nesta oportunidade. Cabe observar, porém, que depois da publicação dos (muito diferentes) trabalhos de P. Rosanvallon, *La nouvelle question sociale*. Repenser l'État Providence. Paris: Minuit, 1995 e de R. Castel, *Métamorphoses de la question sociale*. Une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995, a polémica entre os assistentes sociais se reacendeu; na bibliografia profissional brasileira, cf., entre outros, os textos reunidos em *Temporalis*. Brasília: ABEPSS/Grafiine, ano 2, nº 3, 2001; A. Pastorini, A categoria “questão social” em debate. S. Paulo: Cortez, 2004 e o capítulo 1 de J. S. Santos, “Questão social”. Particularidades no Brasil. S. Paulo: Cortez, 2012.

11 A recusa do assistencialismo tem sido historicamente constante entre os profissionais do Serviço Social; contudo, não foram muitos os esforços analíticos para fundamentá-la – entre eles, cabe referir o ensaio de N. Alayón, *Asistencia y Asistencialismo*. Pobres controlados o erradicación de la pobreza?. Buenos Aires: Lumen-Humanitas, 4ª. ed., 2008.

voluntarismo do pronto-socorro social. De forma concisa: o Welfare State abriu-lhes a alternativa de operarem, no espaço contraditório das relações sociais, como técnicos portadores de conhecimentos qualificados (e não mais e somente como indivíduos mobilizados generosamente por motivações de natureza ética). Em que medida aqueles suportes foram adequada e suficientemente explorados pelos assistentes sociais, eis uma questão que só pode ter resposta a partir de cuidadosas pesquisas; mas todas as indicações sugerem que foi precisamente na execução de políticas sociais (públicas, estatais)¹² que o Serviço Social avançou para a conquista de um status de legitimidade – ou seja, consolidou-se socialmente para além (ainda que dela se valendo) da sua institucionalização jurídico-formal como profissão.

Os anos dourados do Serviço Social

Entre a reconstrução do segundo pós-guerra (1945) e a entrada dos anos 1970 decorre a consolidação profissional do Serviço Social, o período a que se pode chamar de os anos dourados do Serviço Social – basicamente nos países capitalistas centrais, mas com claros rebatimentos nas semiperiferias e periferias nas quais a profissão se fazia presente. Nestas, é verdade que, conforme a supra-mencionada dissincronia do processo de profissionalização em relação aos países centrais e as suas particulares condições econômicas e sócio-políticas¹³, projetos de Welfare compareceram tardiamente nos anos 1980, mas não prosperaram¹⁴; assim, não contaram com os suportes já referidos para a consolidação do Serviço Social – contudo, nem por isto esta deixou de, em algum grau, verificar-se em várias delas (voltarei rapidamente a isto).

Nos anos 1950/1960, o Serviço Social – nos países centrais – teve conclusivamente definida a sua inserção na formação universitária e se desenvolveram espaços acadêmicos em nível de pós-graduação (processo que

¹² Discussão relevante acerca de conceitos como esses, correlatos ao de política social, encontra-se no cap. V de P. A. P. Pereira, *Política social. Temas & questões*. S. Paulo: Cortez, 2008.

¹³ De fato, as periferias e semiperiferias não experimentaram a implementação de quaisquer formatos de Welfare – nas Américas, por exemplo, o Uruguai do período reformista de Battle y Battle (1900/1930) no máximo pode ser considerado uma tênue “antecipação” de Welfare (cf. G. Caetano & J. Rilla, *Historia contemporânea del Uruguay*. Montevideo: Clae/Fin de Siglo, 1996) e a Costa Rica de José Figueres, posterior à guerra civil (1948), não mais que isso (cf. H. P. Brignoli, ed., *Historia general de Centro América. De la posguerra a la crisis. 1945-1979*. Madrid: Comunidades Europeas/FLACSO, 1993). Para além das “modernizações capitalistas” (de que são exemplos, no pós-1930, o México de Cárdenas, o Brasil de Vargas e a Argentina do primeiro Perón), a configuração dos direitos sociais dificilmente pode ser identificada, na América Latina, como parte da constituição de um Welfare. Por outro lado, houve áreas periféricas em que a modernização tardia se processou também sob o tãção de ditaduras truculentas (como o Irã de Reza Pahlevi, entre 1953 e 1979, e a Indonésia de Suharto, entre 1965 e 1998).

¹⁴ O Brasil é um desses casos: segundo alguns analistas, a Constituição aprovada (1988) após a derrota da ditadura (1964-1985) continha um projeto de Welfare, logo inviabilizado – cf. I. Lesbaupin (org.), *O desmonte da Nação. Balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

se acentuaria nos anos seguintes). As agências de formação (escolas, faculdades) se laicizaram, cresceram e perderam o seu caráter de nichos (com interações e sentido de pertencência quase domésticos). A relação com as ciências sociais e humanas viu-se ativada. Cresceu a produção bibliográfica, elaborada no plano acadêmico e no campo profissional. O intercâmbio institucional entre os profissionais – no interior dos seus países e com seus pares do exterior – tornou-se mais intenso. As demandas postas pelos vários formatos de Welfare ampliaram significativamente o mercado de trabalho¹⁵, e operou-se uma explícita diferenciação técnico-profissional do Serviço Social¹⁶.

Nas duas décadas em tela, adensou-se no Serviço Social a marca do reformismo conservador, marginalizando os laivos de reacionarismo ídeo-político próprios do anticapitalismo romântico que, especialmente na Europa de cultura católica, vincaram as protoformas profissionais; muito fortemente, fez-se sentir no universo ideal do Serviço Social (com óbvias refrações nas suas práticas) o influxo advindo do pensamento funcionalista desenvolvido nas ciências sociais norte-americanas¹⁷. Importa destacar aqui que este deslocamento facilitou o ingresso da profissão ao patamar ídeo-político e teórico posto pelos vários formatos de Welfare: aquele da promoção do bem-estar social¹⁸. O foco no bem-estar social contribuiu para uma interação substantiva entre assistentes sociais e instituições estatais e supra-estatais (como a ONU e a OEA, por exemplo), conferindo maior visibilidade à profissão.

Neste período, a intervenção de natureza assistencial dos profissionais de Serviço Social inscreveu-se seguramente no plano da política social – seja de políticas que contemplavam a dimensão da assistência, seja de políticas específicas de assistência social. Em qualquer dos casos, como se tratava de intervenções (públicas, estatais)¹⁹ que não se esgotavam no domínio do

15 Mormente em função da expansão das políticas sociais, como o demonstrou o estudo de Esping-Andersen citado na nota 6. Vale lembrar que, nos anos 1960-1975, o crescimento do gasto social em relação ao PIB, nos 7 maiores países da OCDE (Canadá, França, Alemanha Ocidental, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos) saltou, na média, de 12,3% para 21,9% (cf. C. Pierson, *Beyond the Welfare State?*. Cambridge: Polity Press, 1991).

16 Recorde-se que, então, enfim se estabeleceram e definiram melhor os “novos processos” (ou “métodos”) – a intervenção com grupos e o trabalho em comunidades –, postos agora ao lado do trabalho centrado em indivíduos (o “caso”).

17 Todo esse complexo ídeo-político e teórico encontrou tratamento em M. L. Martinelli, *Serviço Social: identidade e alienação*. S. Paulo: Cortez, 7ª. ed., 2001; M. V. Yamamoto, *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. S. Paulo: Cortez, 7ª. ed., 2004; J. P. Netto, *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. S. Paulo: Cortez, 7ª. ed., 2009 e *Ditadura e Serviço Social*. S. Paulo: Cortez, 16ª. ed., 2011.

18 Neste contexto, antigas organizações umbilicalmente ligadas ao Serviço Social passaram a ter o seu protagonismo redimensionado – como é o caso do Conselho Internacional de Bem-Estar Social (ICSW), fundado em 1928 pelo Dr. R. Sand.

19 Não se esqueça que a assistência pode constituir-se (e, de fato, constituiu-se) na estratégia de instituições e organizações não-estatais (é legítimo, pois, considerar-se a existência, por exemplo, de uma política assistencial de instituições religiosas). Um dos traços próprios do Welfare State foi a subsunção (não a eliminação) dessas políticas à sua política social.

emergencial (política social supõe algum nível de planejamento)²⁰ e que atendiam a demandas que se legitimavam como direitos, a ação profissional passou a processar-se para além dos marcos da benemerência²¹. No entanto, o essencial consiste no fato de a intervenção dos assistentes sociais transcender não somente o favor pelo reconhecimento do direito: consiste em que a dimensão da assistência passou a coexistir e a concorrer com outras dimensões no exercício profissional – destacadamente a dimensão focada na promoção do bem-estar social, que desbordava largamente o domínio do assistencial. As implicações deste desbordamento, que ainda merecem uma análise mais detida, foram de monta, contribuindo para contrarrestar a visão dominante do Serviço Social como “a profissão da assistência” e alterando a imagem (e a auto-imagem) dos assistentes sociais.

É procedente, pois, correlacionar a vigência, mesmo limitada temporalmente e a países centrais, do Welfare State com a consolidação profissional do Serviço Social e identificá-la aos seus anos dourados – foi o Welfare que lhe forneceu os suportes ideais e institucionais (e, também, os meios materiais) para a sua consolidação. Mas igualmente nalgumas periferias e semiperiferias esse processo rebateu com força e teve efeitos expressivos.

Este rebatimento – operando-se na conjuntura em que estavam em curso modificações nas relações entre centro/periferia²² – teve por substrato o promocionalismo do bem-estar social que, no plano internacional, traduziu-se por uma tentativa, dos círculos dirigentes dos países centrais, de responder à tomada de consciência, nas periferias e semiperiferias, acerca do subdesenvolvimento²³. Um objetivo central dessa tentativa era escamotear as conexões entre o subdesenvolvimento e a exploração exercida pelos centros imperialistas (o eixo dessa resposta reformista-conservadora seria formulado pelo economista W. W. Rostow²⁴). As lutas sociais que se acentuaram nos anos 1950/1960 (na

20 Data deste período a preocupação técnica dos assistentes sociais com o planejamento da intervenção profissional.

21 Questão que não pode sequer ser tangenciada aqui é a que se refere ao usuário dos serviços prestados pelo assistente social – ao deixar de ser um “assistido” (objeto de ação filantrópico-caritativa), passando a ser um “cidadão” (que recebe a atenção que lhe cabe por direito), livrou-se ele do estigma social de ser um “beneficiário”?

22 Condições, inclusive, por alterações na divisão internacional do trabalho, quando Estados semiperiféricos e periféricos tiveram a sua economia afetada, por exemplo, pela chamada industrialização via substituição de importações, cujo auge ocorreu no final dos anos 1950.

23 Não cabe recuperar aqui o quadro geral do debate sobre o subdesenvolvimento e a tomada de consciência acerca dele, emergente no imediato segundo pós-guerra (e, naturalmente, vinculada às lutas de libertação nacional que culminaram com a liquidação dos velhos impérios coloniais). Basta-me apenas indicar que tal debate, na passagem dos anos 1950 aos 1960 e em seguida, produziu uma importante bibliografia crítica, cuja expressão privilegiada aparece nos textos da época de pensadores como Yves Lacoste, Celso Furtado, A. Gunder Frank e, em especial, do que se convencionou chamar de “teoria da dependência” (R. Mauro Marini, Teotônio dos Santos et alii).

24 As idéias de Rostow, conselheiro do governo norte-americano nos anos 1960, foram sistematizadas em seu livro *The Stages of Economic Growth* (Cambridge: Cambridge University Press, 1960), cujo título se complementava, emblematicamente, com a qualificação um manifesto não-comunista.

Ásia, na África e na América Latina – era o “despertar” do que então se chamou Terceiro Mundo), dinamizando posições antiimperialistas e anticapitalistas e promovendo giros em instituições até então inteiramente conformadas com o status quo (entre as quais a Igreja católica, que experimentou grandes inflexões durante o pontificado de João XXIII), forçaram a emergência de uma autêntica cruzada internacional, de que participaram organizações supra-nacionais²⁵, para promover o desenvolvimento, cruzada que se expressou, à época, nas “ideologias desenvolvimentistas”.

A proposta reformista-conservadora logo se revelaria (como o atestaria, por exemplo, o fracasso do programa norte-americano da Aliança para o Progresso), mas dinamizou o Serviço Social em algumas áreas periféricas e semiperiféricas, especialmente pela generalização da intervenção de profissionais no então recentemente expandido campo do desenvolvimento de comunidade – sobre o qual passou a exercer-se também a influência das idéias progressistas do Pe. Lebre²⁶. Ademais de requisitar novas qualificações, eminentemente técnicas, dos assistentes sociais (p. ex., as relacionadas ao planejamento social), de colocá-los frente a problemáticas macro-sociais (forçando a ultrapassagem dos limitados círculos do trabalho centrado em indivíduos e com pequenos grupos, expressos no espaço do “psico-social”) e de levá-los a novas interações com a sua inserção em equipas multiprofissionais, o desenvolvimentismo, dada a sua vocação promocionalista e a sua genérica proposição da “mudança social”²⁷, abriu a via para deslocar a centralidade da ação assistencial. Como observou M. Manrique Castro, atento analista do Serviço Social periférico, foi precisamente na quadra desenvolvimentista que os assistentes sociais pretenderam deixar a condição de “apóstolos” para assumir a de “agentes da mudança” – no curto prazo, muitos desses assistentes sociais compreenderam os limites da “mudança social” reformista conservadora e radicalizaram as suas propostas profissionais, transcendendo o campo do promocionalismo e, inclusive, avançando na crítica do assistencialismo.

Naquelas áreas periféricas e semiperiféricas em que a conjuntura nacional oferecia condições favoráveis (regimes democráticos ou com lutas forçando distensões democráticas, algum nível significativo de urbanização e industrialização e uma estrutura universitária mínima), coincide com o desenvolvimentismo uma expansão das agências de formação em Serviço Social

25 Inclusive a ONU, cuja Assembleia Geral, a partir de 1960, passou a fomentar as “Estratégias Internacionais de Desenvolvimento”, elaboradas a espaços de dez anos.

26 Fundador de *Économie et humanisme*, o padre L. J. Lebre²⁶ – assessor do Concílio Vaticano II, convocado por João XXIII em 1961 – publicou, entre muitos trabalhos importantes, *Dynamique concrète du développement*. Paris, Éd. Ouvrières, 1967.

27 Já mencionei o peso do pensamento sociológico funcionalista (norte-americano) sobre o Serviço Social nos anos 1950/1960 – a noção de “mudança social” (quase sempre articulada à de “modernização”) é dele caudatária. Construiu-se, à base daquele pensamento, uma “sociologia do desenvolvimento” segundo a qual a “solução” para o subdesenvolvimento, implicando “mudança social” e “modernização”, era sobretudo um equacionamento “técnico”, demandando essencialmente um eficaz “planejamento social”.

e do seu mercado de trabalho (sobretudo no âmbito dos serviços estatais). E também se assiste ao surgimento de clivagens e fraturas no campo profissional, com a emergência de novas concepções teóricas, outros valores ídeo-políticos e práticas diversas²⁸.

Em poucas palavras: não parece possível desvincular a consolidação profissional do Serviço Social, nos países centrais – mas também em algumas áreas periféricas e semiperiféricas – da vigência do Welfare State.

A restauração do capital, o desmonte do Welfare State e a crise sistêmica

Entre o fim dos anos 1970 e o dos anos 1980, primeiro nos países capitalistas centrais e, em seguida, em periferias e semiperiferias, processou-se a travagem e a reversão das tendências sócio-políticas que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, delinearam e sustentaram os formatos do Welfare State; não por acaso, tratou-se da década cujos emblemas foram o tatcherismo e a reaganomics – e também não por acaso nesses anos emergiu o que se designaria por crise do Welfare State²⁹.

A crise econômica que vinha dos fins dos anos 1960 desaguou na recessão generalizada de 1974-1975, manifestada numa ponderável queda da taxa de lucro das grandes corporações. E evidenciou que a dinâmica do sistema capitalista ingressava num estágio que invertia o diagrama do crescimento econômico tal como este se desenhara desde a recuperação do segundo pós-guerra: se, então, a curva do crescimento era ascendente e pontuada por conjunturais episódios

28 É neste quadro que, por exemplo na América Latina, surgirá um importante movimento de renovação do Serviço Social, conhecido como “Reconceituação” – cf. N. Alayón et alii, *Desafío al Servicio Social*. Buenos Aires: Humanitas, 1976; D. Palma, *Reconceptualización: una búsqueda en América Latina*. Buenos Aires: Ecro, 1977; V. P. Faleiros, “Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina”. *Serviço Social & Sociedade*. S. Paulo: Cortez, n° 24, agosto de 1987. Para uma visão retrospectiva, cf. N. Alayón (org.), *Trabajo Social latinoamericano*. Buenos Aires: Espacio, 2ª. ed. aumentada, 2007 – nesta edição, há textos referentes a Portugal (de M. H. Reis e C. S. Maurício) e à Espanha (de M. Feu).

29 Especificamente sobre o tatcherismo e a reaganomics, cf. E. J. Evans, *Thatcher and Thatcherism*. London: Routledge, 2004 e A. P. Sahu & R. L. Tracy, eds., *The Economic Legacy of the Reagan Years: Euphoria or Chaos?*. New York: Praeger, 1991.

Quanto à crise do Welfare State, larga bibliografia foi dedicada a ela. Cf., entre muitas fontes: OCDE, *L'État protecteur en rise. Rapport de la Conférence sur les Politiques Sociales dans les années 80*. Paris, 20-30 octobre, 1980. Paris: OCDE, 1981; P. Rosanvallon, cit. na nota 10; R. Mishra, *The Welfare State in Crisis: Social Thought and Social Change*. New York: St. Martin's Press, 1984; S. de Brunhoff, *L'heure du marché. Critique du libéralisme*. Paris: PUF, 1986; J. Alber, “Is there a crisis of the Welfare State? Crossnational evidence from Europe, North America, and Japan”. *European Sociological Review*. Oxford: Oxford University Press, vol. 4, n° 3, 1988; M. Moran, “Crisis of the Welfare State”. *British Journal of Political Science*. Cambridge: Cambridge University Press, vol. 18, n° 3, 1988; E. Isuani et alii, *El Estado benefactor. Un paradigma en crisis*. Buenos Aires: Miño y Dávila Eds., 1991; P. Pierson, *Dismantling the Welfare State? Reagan, Thatcher and the politics of retrenchment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. Cf., ainda, A. J. Avelãs Nunes, *As voltas que o mundo dá... Reflexões a propósito das aventuras e desventuras do Estado Social*. Lisboa: Avante!, 2010.

de crises (cíclicas), agora os indicadores assinalavam conjunturais episódios de crescimento numa curva estagnada ou descendente – à onda longa expansiva sucederia uma onda longa recessiva³⁰. Chegava ao fim o que alguns economistas franceses designaram como os anos dourados do capitalismo (“as três décadas gloriosas”) e as perspectivas imediatas para o domínio do capital revelavam-se problemáticas³¹. As lutas de classes que se registravam especialmente (mas não exclusivamente) nos países capitalistas centrais haveriam de decidir os rumos sócio-políticos no curto e médio prazos – e as forças afetas aos interesses do grande capital tomaram a ofensiva, reprimindo, desarticulando e/ou apassivando as suas antagonistas. A resultante foi a restauração planetarizada do domínio, então ameaçado, do capital³².

Tal restauração, sob a chancela neoliberal e redefinindo a conexão centro-periferia, conduziu à atual dinâmica financeirizada do capitalismo e aos “tempos conservadores” contemporâneos³³. Operando sobre as transformações societárias que ao largo de um quarto de século reconfiguraram a sociedade capitalista em sua totalidade – envolvendo os novos padrões da produção material e espiritual, a cultura e a família, as expressões políticas das classes sociais fundamentais, a própria estrutura de classes e as relações Estado/sociedade civil³⁴ –, a restauração

30 Cf. E. Mandel, *O capitalismo tardio*. S. Paulo: Abril, 1982 e *A crise do capital*. Os fatos e sua interpretação marxista. S. Paulo/Campinas: Ensaio/Unicamp, 1990. Para um tratamento polêmico da concepção de Mandel, cf. E. Almeida Neto, “Uma onda longa recessiva está apenas começando”, in P. A. Sampaio Jr. (org.). *Capitalismo em crise. A natureza e a dinâmica da crise econômica mundial*. S. Paulo: Sundermann, 2009.

31 Uma síntese histórica dos “anos dourados” e do seu “desmoronamento” encontra-se em E. J. Hobsbawm, *Era dos Extremos (1914-1991)*. S. Paulo: Cia. das Letras, 1995 (sob o mesmo título, há edição portuguesa – Lisboa: Presença, 1996).

32 Cf. R. Braga, *A restauração do capital*. São Paulo: Xamã, 1996. Brilhante análise do cinismo da economia política do capital diante dos resultados efetivos dessa restauração encontra-se em J. L. Medeiros, *A economia diante do horror econômico*. Niterói: Ed. da UFF, 2013, parte IV.

33 Cf. F. Chesnais, *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, (coord.), *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998 e *A finança mundializada*. S. Paulo: Boitempo, 2005; S. Amin, *Más allá del capitalismo senil*. Paidós: Buenos Aires, 2003; D. Harvey, *O novo imperialismo*. S. Paulo: Loyola, 2004 e *O neoliberalismo. História e implicações*. S. Paulo: Loyola, 2008 e M. B. Steger y R. K. Roy, *Neoliberalismo. Una breve introducción*. Madrid: Alianza, 2011.

Sobre o conservadorismo contemporâneo, cf. A. Cueva (coord.), *Tempos conservadores. A direitização no Ocidente e na América Latina*. S. Paulo: Hucitec, 1989; R. Miliband et alii, *El conservadurismo en Gran Bretaña y Estados Unidos*. Valencia: Alfons El Magnanim, 1992; M. Vereia Campos y S. Nuñez García (coords.), *El conservadurismo en Estados Unidos y Canadá. Tendencias y perspectivas hacia el fin del milenio*. México: UNAM/CISAN, 1997 e I. Stelzer (ed.), *The Neocon Reader*. New York: Grove Press, 2004.

34 Resumi esse processo no ensaio “Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil”. *Serviço Social & Sociedade*. S. Paulo: Cortez, ano XVII, nº 50, abril de 1996; outra síntese está acessível em J. P. Netto e M. Braz, *Economia política. Uma introdução crítica*. S. Paulo: Cortez, col. Biblioteca Básica de Serviço Social, vol. 1, 7ª. ed., 2011. Ver também D. Harvey, *Condição pós-moderna*. S. Paulo: Loyola, 1993; F. Jameson, *Pós-modernidade ou a lógica cultural do capitalismo tardio*. S. Paulo: Ática, 1996; G. Therborn, *Between Sex and Power: Family in the World, 1900-2000*. London: Routledge, 2006; R. Antunes, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Coimbra: Almedina/CES, 2013.

do capital, no decurso de duas décadas, alcançou um inequívoco êxito: recuperou as taxas de lucro das mega-corporações³⁵, promoveu um formidável processo de concentração e centralização de capitais³⁶, obteve uma inédita liberdade de movimento para os fluxos cada vez mais voláteis do capital especulativo³⁷, instaurou um ambiente ideológico que lhe era francamente favorável (os “tempos conservadores”) e desconstruiu (inclusive levando-as ao transformismo) as formas políticas opositivas tradicionais³⁸.

As consequências sócio-econômicas desse êxito da ofensiva do capital não tardaram a vir à tona e, já num ensaio da entrada dos anos 1990, Hobsbawm anunciava “o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o pobre (e provavelmente entre os ricos e os pobres no interior do mundo rico); a ascensão do racismo e da xenofobia; e a crise ecológica, que nos afetará a todos”³⁹. De fato, o novo capitalismo (derruindo aquele que Przeworski chamou de “capitalismo

35 Cf. G. Duménil & D. Lévy, *The Economics of the Profit Rate*. Brookfield: E. Elgar, 1993 e E. Wolf, “What’s Behind the Rise in Profitability in the US in the 1980s and 1990s?”. *Cambridge Journal of Economics*. Oxford: Oxford University Press, 2003, vol. 27, number 4.

36 Cf. E. Costa, *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. S. Paulo: Expressão Popular, 2008, pp. 69-103. Resultado desse processo de concentração/centralização: uns poucos grupos monopolistas detêm o controle mundial dos setores de biotecnologia, produtos farmacêuticos e veterinários, sementes, agrotóxicos, alimentos e bebidas e redes de distribuição varejista (cf. Brasil de fato. S. Paulo: ano 4, n° 160, março/2006). Também nas finanças internacionais o mesmo processo se verifica: elas já eram mundialmente controladas, no final do século XX, por menos de 300 bancos (e corretoras de ações e títulos).

37 Escrevendo na entrada do presente século, S. Amin (op. cit. na nota 33, p. 32) estima que o fluxo de capitais voláteis era 30 vezes superior ao montante do comércio mundial. Isto foi possível com a liquidação de quaisquer controles nacionais significativos, implicando na redução da soberania de Estados nacionais – naturalmente os mais débeis; como observou o Prof. Hobsbawm, “o mundo mais conveniente para os gigantes multinacionais é aquele povoado por Estados-anões, ou sem Estado algum” (op. cit. na nota 31, ed. bras., p. 276).

38 Exemplos do transformismo aqui aludido foram as inflexões operadas nos partidos de cariz social-democrata, que tinham sido, como A. Przeworski (*Capitalismo e social-democracia*. S. Paulo: Cia. das Letras, 1991) o demonstrou, suportes políticos – juntamente com seus aparatos sindicais – do Welfare. Na sequência dos anos 1980, tais partidos tornaram-se intransigentes gestores das “políticas de ajuste” propugnadas pelas chamadas agências multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional); cf. D. Sassoon, *One Hundred Years of Socialism*. London: I. B. Taurus, 1996, esp. o livro terceiro; outra análise, pouco crítica, e que aborda algo de um “caso semi-periférico”, o espanhol, encontra-se em J. V. Sevilla, *El declive de la socialdemocracia*. Barcelona: RBA, 2011; para o “caso periférico” brasileiro do Partido dos Trabalhadores (PT) e seu governo, cf. M. Iasi, *As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e o consentimento*. S. Paulo: Expressão Popular, 2006 e V. Arcary, *Um reformismo quase sem reformas. Uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. S. Paulo: Sundermann, 2011.

Quanto às transformações vividas pelo movimento sindical, cf., p. ex., A. Bihl, *Du “Grand Soir” à “L’Alternative”*. *Le mouvement ouvrier européen en crise*. Paris: Éd. Ouvrières, 1991; J. Freyssinet (org.), *“Syndicats d’Europe”*. *Le mouvement social*. Paris: Éd. Ouvrières, n° 162, janvier-mars, 1993; L. M. Rodrigues, *Destino do sindicalismo*. S. Paulo: EDUSP, 1999; G. Alves, *O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. S. Paulo: Boitempo, 2000; K. Moody, *US Labor in Trouble and Transition*. New York: Verso, 2007.

39 E. J. Hobsbawm, in R. Blackburn (org.), *Depois da queda. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 104; o cauteloso “provavelmente” do parêntese de Hobsbawm pode ser suprimido hoje (2013). Sobre a “crise ecológica”, cf. B. Sousa Santos, *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. S. Paulo: Cortez, 1995, pp. 296-299.

democrático”) emergente da ofensiva do capital trouxe ganhos fantásticos para a oligarquia financeira mundial, um diminuto universo pessoal, e seus agregados – ao mesmo tempo em que acarretou enormes desigualdades e perdas para a massa da população mundial, seja nos países centrais, seja nos periféricos e semiperiféricos, agravadas (notadamente nos primeiros) pelo desemprego em escala inédita⁴⁰.

40 Em 1999, “a concentração [da riqueza] chegou ao ponto de o patrimônio conjunto dos raros 447 bilionários que há no mundo ser equivalente à renda somada da metade mais pobre da população mundial – cerca de 2,8 bilhões de pessoas” (Alex F. Mello, Marx e a globalização. S. Paulo: Boitempo, 1999, p. 260); em 2004, documento de agência vinculada à ONU informava que os 500 indivíduos mais ricos do mundo tinham um rendimento conjunto maior que o rendimento dos 416 milhões de pessoas mais pobres (PNUD, Relatório do desenvolvimento humano 2005. Lisboa: Ana Paula Faria Ed., 2005, p. 21); dados da ONU, de 2006, indicavam que “os 2% adultos mais ricos do mundo possuem a metade da riqueza global, enquanto a parcela correspondente a apenas 1% da população adulta detém 40% dos ativos mundiais. Em contrapartida, a metade mais pobre da população adulta só possui 1% da riqueza global” (E. Costa, op. cit. na nota 36, p. 109); cf. ainda, sobre a oligarquia financeira global e seus agregados, R. A. Dreifuss, A época das perplexidades. Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis: Vozes, 2004.

Acerca da pauperização das massas, cf., dentre documentos oficiais, textos acadêmicos e jornalísticos, V. Forrester, L’horreur économique. Paris: A. Fayard, 1996; H.-P. Martin e H. Schumann, A armadilha da globalização. O assalto à democracia e ao bem-estar social. Lisboa: Terramar, 1998; M. Chossudovsky, A globalização da pobreza. S. Paulo: Moderna, 1999; Banco Mundial, Globalization, growth and poverty: building an inclusive world economy (press release de 23 de abril de 2004); M. Pochmann et alii (orgs.), Atlas da exclusão social. Vol. 4: A exclusão no mundo. S. Paulo: Cortez, 2004; OECD, Growing Unequal? Income Distribution and Poverty in OECD. Paris: OECD, 2008; CEPAL, Panorama social de América Latina. 2009. Santiago: ONU/CEPAL, 2009; United States Census Bureau, Income, Poverty and Health Insurance Coverage in the United States. 2010. Washington (DC): US Government Printing Office, 2011; OECD, Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising. Paris: OECD, 2012; M. Antuofermo & E. Di Meglio, “Population and Social Conditions”. Eurostat, Statistics in focus, 9/12; EAPN-Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Indicadores sobre a pobreza. Dados europeus e nacionais. Porto: EAPN/Portugal, agosto de 2012; R. Grover, C. Pearce & K. Raworth, “Desigualdade e degradação ambiental ameaçam excluir os pobres dos benefícios do crescimento econômico”. Informativo da OXFAM 157. Oxford: Oxfam GB, janeiro de 2012; J. Ziegler, Destrução em massa. Geopolítica da fome. S. Paulo: Cortez, 2013.

Sobre o desemprego, cf., na década de 1990, as preocupações do “Grupo de Lisboa”, expressas em Limites à competição. Lisboa: Europa-América, 1994 e Jeremy Rifkin, O fim dos empregos. S. Paulo: Makron Books, 1995; a magnitude do fenômeno, na sequência das conjunturas críticas de 2008 e 2010, demonstrou suficientemente que ele é constitutivo, nesta escala, do novo capitalismo – “Nossa estimativa provisória para o ano de 2011 é que o desemprego tenha sido de 196 milhões de pessoas e que passaremos em 2012 a 202 milhões, um aumento de seis milhões, e em 2013, a 207 milhões” (declarou em Genebra R. Torres, diretor do Instituto Internacional de Estudos Sociais da OIT, conforme o site noticias.terra.com.br em 29 de abril de 2012).

Submergidos em aparente serenidade e em óbvio otimismo (imperdoavelmente ingênuo), alguns traços desse novo capitalismo subjazem no Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. A ascensão do Sul: progresso humano num mundo diversificado, elaborado pelo PNUD, que registra, à página 22 da sua versão em português, esta passagem significativa: “A crescente desigualdade de rendimentos nos Estados Unidos e nalguns países europeus espelha a questão da equidade na forma como são distribuídos os rendimentos e os beneficiários do crescimento. Estas preocupações começam a permear o discurso político dominante nos países desenvolvidos, embora, até à data, com impacto limitado nas políticas seguidas. O desemprego nos países desenvolvidos apresenta os seus níveis mais elevados desde há anos, sendo que uma grande percentagem da população ativa não obteve, nas últimas décadas, um incremento significativo dos salários reais, apesar do aumento substancial de rendimento verificado nos decís mais ricos. O aumento da desigualdade tem sido

Neste novo capitalismo não há lugar para o Welfare State tal como conhecido em seus diversos formatos: a ofensiva capitalista desmontou o Estado de bem-estar social – fê-lo, ainda que em medida diferencial, nos distintos países centrais e também – com os seus projetos em áreas da semiperiferia e da periferia. Em menos de duas décadas, foi dissolvida a sua cultura política, ancorada no caráter universalista das suas prestações⁴¹, legitimadora das formas de proteção social que se fundavam nos reconhecidos direitos sociais e os concretizavam mediante a seguridade social; foram reordenados os seus instrumentos (como as políticas sociais), redesenhada a sua organização institucional e redirecionados os seus recursos – em menos de duas décadas, o Welfare State transformou-se a ponto de não ser mais identificado como originalmente. Para alguns investigadores, o Welfare ingressou num processo transicional que apontaria para um novo e futuro estágio de desenvolvimento⁴² – prospecção que a cada dia se afigura menos plausível e mais inviável.

Com efeito, o novo capitalismo – ou, se se quiser, o estágio a que ascendeu o capitalismo pós-1970, e que alguns nomeiam simplesmente como capitalismo contemporâneo –, apresentando fenômenos e processos inéditos (ou inéditos em sua intensidade), mas conservando a sua essência exploradora, monopolista e concentradora e repondo em novo nível as suas incontornáveis contradições, este capitalismo contemporâneo tem acentuado o caráter destrutivo da sua produção (de que uma das implicações é a imparável degradação dos ecossistemas)⁴³, agravado as desigualdades sociais e promovido mais pauperização⁴⁴ e evidenciado fortíssimas tendências antidemocráticas (de que a neutralização, pelos núcleos de poder decisórios, das massivas manifestações populares contra

acompanhado por exigências, da parte de muitos dos mais desafogados, de menos Estado e de maior contenção orçamental: os desafogados não só beneficiaram de forma desproporcionada do início do crescimento, como também pareciam empenhados em proteger os seus ganhos. É surpreendente que, nas democracias, apesar da pressão considerável da sociedade civil, a agenda dos governos seja dominada por programas de austeridade e não por programas de proteção social”.

41 A cultura política própria à ofensiva do capital foi enunciada contundentemente pela falecida Senhora Thatcher: “Não há sociedade, só indivíduos”.

42 Cf., por exemplo, N. Johnson, *The Welfare State in Transition: The Theory and Practice of Welfare Pluralism*. Brighton: Weatsheaf, 1987; G. Esping-Andersen, *Welfare State in Transition: National Adaptations in Global Economies*. London: Sage, 1996; G. Bonoli et alli, *European Welfare Futures: Towards a Theory of Retrenchment*. Cambridge: Polity Press, 2000; P. Pierson (ed.), *The New Politics of the Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

43 Sobre a produção destrutiva, cf. I. Mészáros, *Para além do capital*. S. Paulo: UNICAMP/Boitempo, 2002, esp. caps. 14 a 16. No que toca à degradação dos ecossistemas, já está claro que “é uma ilusão acreditar que um desenvolvimento [ecologicamente] sustentável seja alcançável no interior dos mecanismos de funcionamento do mercado” (A. W. Stahel, in C. Cavalcanti (org.), *Desenvolvimento e natureza. Estudos para uma sociedade sustentável*. S. Paulo/Recife: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p. 111); em ensaio mais recente, outra investigadora tematiza a questão da “sustentabilidade” ambiental em relação à “sustentabilidade social”, chegando à mesma conclusão de Stahel (cf. M. G. e Silva, “Sustentabilidade ambiental e (in)sustentabilidade social”, in A. E. Mota (org.), *As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social*. Recife: Ed. da UFPE, 2010).

44 Cf. a documentação citada na nota 40 e, infra, na nota 53.

as “políticas de ajuste” na Europa Meridional nos dois últimos anos é um dos exemplos mais emblemáticos)⁴⁵.

São salientes e decisivos, todavia, os dois traços que o capitalismo contemporâneo vem explicitando e que lhe parecem inerentes: primeiro, a inépcia para sustentar taxas de crescimento económico real similares às do período precedente à recessão generalizada de 1974-1975⁴⁶; segundo, a incapacidade para operar dispositivos minimamente eficazes para reduzir os impactos de crises pontuais cada vez mais recorrentes⁴⁷. É na consideração das resultantes já mencionadas da ofensiva do capital e destes dois condicionalismos que, em face do terremoto financeiro que abalou a economia mundial em 2008, competente economista formulou a seguinte diagnose: “Esta é a primeira grande crise realmente completa do sistema capitalista, por isso mais complexa e potencialmente mais explosiva, uma vez que envolve toda a vida social do sistema capitalista – a esfera da produção, da circulação, o crédito, as dívidas públicas e privadas, o sistema social, o meio ambiente, os valores neoliberais, a cultura individualista e, especialmente, o Estado como articulador do processo de acumulação”⁴⁸. Se este diagnóstico é correto – como a mim parece sê-lo –, o capitalismo contemporâneo se move, desde 2008, no prelúdio de uma crise sistémica, a terceira a registrar-se no curso de sua história (a primeira abriu-se em 1873 e só foi ultrapassada em 1896 e a segunda, a de 1929, perdurou até 1945).

E é fato que as condições atuais da correlação de forças sócio-políticas – nas quais o transformismo das instituições político-sindicais antes opositivas ao establishment e o peso do apassivamento de amplos segmentos trabalhadores redundaram numa conjuntura de lutas sociais basicamente defensivas que, malgrado as recentes disrupções, não parece reversível a curto prazo⁴⁹ – continuam

45 Tais tendências já tinham sido apreendidas, desde os anos 1980, por estudiosos argutos como o mexicano R. Villareal (La Contrarrevolución Monetaria. Teoría, Política Económica e Ideología del Neoliberalismo. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, esp. partes IV e V) e o português A. J. Avelãs Nunes (O keynesianismo e a contra-revolução monetarista. Coimbra: Separata do Boletim de Ciências Económicas, 1991, esp. p. 510 e ss.).

46 Em inícios de 2008, o estudioso norte-americano R. Brenner anotava que “o desempenho económico nos EUA, Europa Ocidental e Japão, deteriorou-se em todos os indicadores relevantes (crescimento económico, investimento, salários) década após década, ciclo económico após ciclo económico, desde 1973” (cf. *Against The Current*. Detroit, janeiro-fevereiro de 2008). Corridos cinco anos, este quadro não foi revertido.

47 De 1970 até 2008, antes da chamada “crise da zona do euro”, registraram-se, no mundo, “124 crises bancárias sistémicas, 208 crises cambiais e 63 episódios de não-pagamento de dívida soberana” (C. Gontijo e F. A. Oliveira, *Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro e os efeitos da crise sobre o Brasil*. Belo Horizonte: Corecon-MG/Autores, 2009, p. 5).

48 E. Costa, “A crise mundial do capitalismo e as perspectivas dos trabalhadores”. *Resistir.info*, 5 de fevereiro de 2009. Os itálicos não constam do original.

Ensaio indispensáveis para compreender a crise capitalista mundial encontram-se em M. Chossudovski & A. G. Marshall (eds.), *The Global Economic Crisis. The Great Depression on the XXI Century*. Montreal: Global Research, 2010.

49 Desde meados dos anos 1970, em todos os quadrantes, as lutas sociais, especialmente as conduzidas pelos segmentos proletários, prosseguiram – mas assumiram caráter defensivo, de resistência. Este caráter permanece, a meu juízo, nas mobilizações dos três últimos anos, que certamente indicam

oferecendo ao grande capital e suas agências espaços de manobra para ladear as dificuldades e contradições próprias a esta crise contemporânea. Para além de mecanismos tradicionais e dos estruturados no processo de financeirização da economia, o grande capital enfrenta a emergência desta crise com a hipertrofia dos ganhos da indústria bélica, dados pelo crescimento mundial dos gastos militares (agora estendidos à esfera da segurança privada e pública) e, sobretudo, com um assalto sem precedentes ao fundo público⁵⁰.

Pois bem: na abertura do que se assemelha a uma crise sistêmica, exponencia-se a problematização dos avanços que o Serviço Social, a partir da sua consolidação ao tempo do Welfare State e nas suas decorrências, foi capaz de realizar. Reinstaura-se um vetor de regressividade na dinâmica profissional do Serviço Social: o assistencialismo da intervenção social é revigorado e tende a restaurar, para a profissão, os limites do pronto-socorro social.

um novo tónus combativo que, porém, para ultrapassar o limite da resistência e ganhar a ofensiva, exigem a superação do que, noutra oportunidade, caracterizei como déficit organizativo da esquerda (cf. J. P. Netto, "O deficit da esquerda é organizacional". *Socialismo e Liberdade*. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, ano 1, nº 2, 2009).

50 A indústria bélica sempre constituiu um dínamo da economia capitalista na era monopólica (cf. V. Perlo, *Militarism & Industry*. New York: International Publishers, 1963 e P. A. Baran & P. M. Sweezy, *Monopoly Capital. An Essay on the American Economic of Social Order*. New York: Monthly Review Press, 1966, esp. cap. 7), mas o seu crescimento dez anos após o fim da Guerra Fria foi notável; indicam-no os gastos militares mundiais que, desde 1999, aumentaram: entre 2000 e 2009, cresceram em 48,9% (cf. E. B. Silva Filho e R. F. Moraes, "Dos 'dividendos da paz' à guerra contra o terror: gastos militares mundiais nas duas décadas após a Guerra Fria. 1991-2009". Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, julho de 2012); cf. ainda M. Chossudovsky, *Guerra e globalização*. S. Paulo: Expressão Popular, 2004 e C. Serfati, *La mondialisation armée: le déséquilibre de la terreur*. Paris: Textual, 2011.

À indústria bélica vincula-se a produção (e a venda de serviços) de tecnologia das seguranças privada e pública: no capitalismo contemporâneo, verifica-se que o belicismo passa a incluir as políticas de segurança em períodos de paz formal e se estende como negócio capitalista privado na paz e na guerra, configurando a militarização da vida social – cf. F. M. S. Brito, *Acumulação (democrática) de escombros*. Rio de Janeiro: UFRJ, tese de doutoramento/PPGSS, 2010. Evidentemente, tal militarização conecta-se à ampliação da repressão sobre as "classes perigosas", configurando o movimento que Wacquant designou como substituição do Estado de Bem-Estar Social pelo Estado Penal – cf. L. Wacquant, *Punir os pobres: a nova gestão da pobreza nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

Sobre o assalto ao fundo público e seus impactos sobre a política social, cf. os excelentes estudos reunidos em E. Salvador et alii (orgs.), *Financeirização, fundo público e política social*. S. Paulo: Cortez, 2012, caps. 4 a 8. Sobre a sucção do fundo público pelo grande capital, sabe-se que ela não é fenômeno recente; fenômeno recente – de que as desonerações tributárias dos anos 1980 (R. K. Roy & A. T. Denzau, *Fiscal Policy Convergence from Reagan to Blair. The Left Veers Right*. London: Routledge, 2004) e as privatizações (A. G. Nasser, "The Tendency to Privatize". *Monthly Review*. New York: Monthly Review Press, vol. 54, issue 10, March 2003) foram os primeiros indicadores – é a verdadeira sangria de que o fundo público tem sido objeto, exemplificada pela fantástica injeção monetária no sistema bancário: "Em 2008-2009, um total de 1,45 trilhões de dólares foram canalizados para as instituições financeiras de Wall Street como parte dos pacotes de socorro de Bush e Obama" (M. Chossudovsky, "The Confiscation of Bank Saving to 'Save the Banks': The Diabolical Bank 'Bain-In' Proposal". *Global Research*. Quebec, 2 April 2013); cf. também o Comunicado à Imprensa da Comissão Europeia (06/06/2012), relatando que, entre outubro de 2008 e outubro de 2011, a ela aprovou ajudas estatais a favor de instituições financeiras no montante de 4,5 bilhões de euros.

As condições da recidiva assistencialista

Pelas notações expendidas nas páginas precedentes, viu-se que o Serviço Social contempla, dentre o elenco das suas funções, a ação assistencial; para dizê-lo sem dar lugar a ambiguidades, a assistência foi e é uma dimensão constitutiva da profissão.

Na divisão sócio-técnica do trabalho coletivo própria da sociedade burguesa madura, ao Serviço Social coube historicamente também (embora não exclusivamente a ele) incumbir-se do trato assistencial. Trato que se deve a que a assistência impõe-se como componente da intervenção social (privada e/ou pública), entre outras razões, pelo fato de que, nesta sociedade, a dinâmica econômico-política engendra, necessariamente e sempre, em magnitude variável, um contingente populacional que não encontra condições de reproduzir-se segundo a escala dos padrões minimamente consagrados pelos valores civilizacionais na cultura moderna (cujas bases radicam na Ilustração); nesta sociedade, a ação assistencial responde à insolubilidade, no seu âmbito, da “questão social”⁵¹. Igualmente se viu que a consolidação profissional do Serviço Social processou-se quando a assistência foi inscrita no quadro de um sistema de proteção social fundado no efetivo reconhecimento dos direitos sociais – donde a assinalada relação entre aquela consolidação e o Welfare State, que propiciou à profissão situar a dimensão assistencial do seu exercício superando o assistencialismo.

Insista-se em que esta superação, por parte do Serviço Social, não significou, absolutamente, a ultrapassagem do assistencialismo que parametra muito da intervenção social conduzida por incontáveis instituições, agências e sujeitos coletivos operantes no âmbito da sociedade civil. A persistência do assistencialismo tem múltiplas causas e motivos, que envolvem tradicionais valores ético-religiosos, interesses econômicos e ideo-políticos, tanto mais acentuada quanto mais as expressões da “questão social” se ampliam e se agudizam.

Precisamente estas ampliação e agudização se constataram inequivocamente no quadro da crise do Welfare State – a mencionada restauração do capital deflagrou, em escala planetária, ainda que diferenciadamente, processos intensos de concentração de riqueza, renda e propriedade (e, logo, de poder político) e, como não poderia deixar de ser, processos intensos de pauperização (relativa e absoluta), derivando no que certa Sociologia designou como “mobilidade social vertical descendente”⁵². Nos países capitalistas centrais, tais fenômenos

51 Remeto o leitor às minhas “Cinco notas sobre a questão social” (cf. Capitalismo monopolista e Serviço Social, ed. cit., pp. 151-162), nas quais relaciono a “questão social” à lei geral da acumulação capitalista, descoberta por Marx e tal como enunciada em 1867 (O capital. Crítica da economia política. S. Paulo: Boitempo, Livro I, 2013, cap. 23).

52 A que se acoplou, especialmente na Europa dos anos 1990 e por razões inicialmente políticas (a implosão da União Soviética e do “campo socialista”), uma intensa mobilidade espacial, por outra parte verificável noutros quadrantes.

foram de tal monta que evidências geralmente relacionadas ao conhecido subdesenvolvimento viram-se largamente registradas – levando observadores irônicos a notar que o Terceiro Mundo se desterritorializou, dando provas manifestas da sua existência em áreas centrais/metropolitanas que se supunham isentas de sequelas características das periferias infernais do mundo do capital.

Dos anos 1980 em diante, o contingente dos afetados pelo pauperismo (absoluto e/ou relativo) veio em crescendo em todas as latitudes – a “questão social” exponenciou-se, seja nos países capitalistas centrais, seja nas semiperiferias e periferias⁵³; ademais, o colapso da experiência do “socialismo real” cresceu largamente o fenômeno. Simultaneamente, sabe-se, o sistema de proteção social existente, próprio do Welfare, foi desconstruído: a restauração do capital operou um conjunto de reformas⁵⁴, parte delas (graças aos mencionados transformismo e apassivamento) conduzida por meios formalmente democráticos⁵⁵, consistentes na redução/supressão reais de direitos sociais – alvos nucleares foram as relações de trabalho e os sistemas previdenciários (v.g., a flexibilização e a privatização)⁵⁶.

53 Além das fontes citadas na nota 40, há registros abundantes, em todas as latitudes, sobre processos de superexploração do trabalho, pauperização (absoluta e relativa) e concentração de riqueza. Não se modificou o quadro esboçado nos anos 1990 – “Nos países ricos, os dados mostram claramente, desde meados da década de 1970, uma reversão nas tendências, apresentadas no pós-guerra, de aumento dos salários reais, redução das diferenças entre os rendimentos do capital e do trabalho e de maior igualdade dentro da escala de salários” (L. G. M. Beluzzo, in C. A. B. Oliveira e J. E. L. Mattoso (orgs.), *Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?* S. Paulo: Scritta, 1996, p. 13) –, como se verifica nos dados coletados, para meados da primeira década do século XXI, por Avelãs Nunes (cf. o seu trabalho citado na nota 29, p. 223 e ss). Para a América Latina, cf. C. M. Vilas, *Estado y políticas sociales después del ajuste. Debates y alternativas*. Caracas/México: Nueva Sociedad/UNAM, 1995 e L. T. Soares, *Os custos do ajuste neoliberal na América Latina*. S. Paulo: Cortez, 2002. Da África, diz-se que, “nos últimos vinte e cinco anos de neoliberalismo, não se assistiu à recuperação econômica nem ao equacionamento da dívida externa, mas às taxas mais baixas de crescimento econômico e às mais inquietantes disparidades de riqueza e bem-estar” (Steger y Roy, op. cit., p. 174); especificamente no caso da África do Sul, “a aplicação do modelo neoliberal agravou, apesar da libertação política e da riqueza do país, as desigualdades sociais que a ordem racista institucionalizou” (J. L. Cabaço, in F. de Oliveira et alii (orgs.), *Hegemonia às avessas*. S. Paulo: Boitempo, 2010, p. 335). Na Índia, as reformas neoliberais de Singh “aumentaram a distância entre ricos e pobres” (Steger y Roy, op. cit., p. 154). A situação contemporânea da República Popular da China não pode ser discutida aqui – é de notar, contudo, que os dados oficiais chineses apontam que o índice de Gini, no país, em 2012, está na casa de 0,474, bem melhor, por exemplo, que o brasileiro (em 2012, 0,519) e pior que o português (em 2011, 0,342).

54 É de observar a ressignificação da palavra reforma no processo de restauração do capital: ela, que, ao longo do século XX, conotou mudanças sociais promotoras da ampliação de direitos, transformou-se em indicador da sua redução/supressão (com lucidez, a investigadora Elaine Behring anotou que, de fato, nos últimos anos do século passado o que veio se publicitando como reforma é, antes de mais, contra-reforma).

55 Mas não se deve esquecer que as primeiras experiências prático-sociais do chamado neoliberalismo tiveram o seu laboratório no Chile, depois de setembro de 1973, sob a ditadura genocida de Pinochet.

56 Vale recorrer, entre outros, sobre relações laborais, a M. R. Nabuco e A. Carvalho Neto (orgs.), *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT/PUC, 1999; E. M. Wood et alii (eds.), *Rising from the Ashes? Labor in the Age of “Global” Capitalism*. New York: Monthly Review Press, 1999; B. R. Moraes Neto, *Século XX e trabalho industrial: taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate*. S. Paulo: Xamã, 2003; K. Doogan, *New Capitalism? The Transformation of Work*. Cambridge: Polity Press, 2009; acerca dos sistemas previdenciários, a P. Pierson (ed.),

Dentre todas as suas expressões contemporâneas, a “questão social” revelou a sua agudização mediante a sua manifestação mais imediata, o pauperismo, designado genericamente por pobreza. Consumou-se nos anos 1980 o que, conforme observou arguto analista, vinha em curso na elaboração do Banco Mundial desde o fim dos anos 1960: “a construção político-intelectual do combate à pobreza”⁵⁷. O “combate à pobreza”, tomada em seu nível mais baixo – a chamada “pobreza absoluta”, que o Banco Mundial estabeleceu em 1990 em 1 dólar diário per capita (oscilando em 25 centavos para mais ou menos) –, tornou-se cruzada mundial; a partir de razões e motivações diferenciadas, conforme conjunturas regionais e nacionais, o “combate à pobreza” constitui, desde então, uma das principais (nalguns casos, a principal) frente de ação de governos e instituições da sociedade civil (muitas delas de cariz corporativo, que se voltam para a sua “responsabilidade social”, dando curso à “filantropia empresarial”⁵⁸): multiplicaram-se os mais distintos programas de ação contra a pobreza, com metodologias e impactos diferenciados – mas nenhum deles propôs a mínima mudança no regime da propriedade (condição, aliás, para a sua formulação/implementação nos quadros do Estado burguês⁵⁹); e cumpre observar que boa parte desses programas concretizam o que alguns analistas já caracterizaram

The New Politics of the Welfare State. Oxford: Oxford University Press, 2001; J. Adelantado (ed.), *Cambios en el Estado de Bienestar*. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 2002; OIT, *Social Security: A New Consensus*. Geneva: OIT, 2003; B. Palier, *Gouverner la sécurité sociale*. Paris: PUF, 2005; M. A. Orenstein, *Privatizing Pensions. The Transnational Campaign for Social Security Reform*. Princeton: Princeton University Press, 2008; *International Social Security Review*. Geneva: ISSA, vol. 63, n.º 2, May 2010; sobre a privatização dos sistemas previdenciários, cf. as concepções radicalmente diversas de F. A. F. D. Barreto, *Três ensaios sobre reforma de sistemas previdenciários*. Rio de Janeiro: FGV, tese de doutoramento/EPGE, 1997 e S. A. Granemann, *Para uma interpretação marxista da previdência privada*. Rio de Janeiro: UFRJ, tese de doutoramento/ESS, 2007.

57 Cf. J. M. M. Pereira, “O Banco Mundial e a construção político-intelectual do ‘combate à pobreza’”. Topoi. Rio de Janeiro: UFRJ, vol. 11, n.º 21, julho-dezembro de 2010.

58 Estudo exemplar dessa “filantropia empresarial”, referido especificamente ao Brasil mas de amplo alcance, é o de M. J. Cesar, “Empresa cidadã”. Uma estratégia de hegemonia. S. Paulo: Cortez, 2008.

59 Esta notação crucial vale tanto para as várias propostas europeias como para as outras tantas latino-americanas. Quando concretizadas em programas governamentais – e o têm sido especialmente desde meados dos anos 1980 –, tais propostas apresentaram, em muitos casos, alguns resultados positivos (seja em termos emergenciais, seja em termos menos imediatos, implicando pequenas reduções percentuais em indicadores como o índice de Gini). Há incontável literatura acadêmica sobre os impactos desses programas, impossível de ser relacionada aqui mesmo em pequenínissima amostra – em todos os países onde se implementaram tais programas, eles foram objeto de investigadores qualificados (por exemplo: em Portugal, Alfredo Bruto da Costa; na França, Serge Pagan; no Brasil, Lena Lavinás e Maria Ozanira Silva e Silva; na Argentina, R. M. Lo Vuolo; no México, Yuriko Takahashi; nos Países Baixos, Y. Vanderborcht; na Itália, D. Benassi e E. Mingione; na Europa Nórdica, Reino Unido e Alemanha, B. A. Gustafsson, H. Uusitalo e C. Behrendt).

Na Europa (e não só), sabe-se, tem apelo a “ideia simples e forte” (tal como a caracterizou um de seus teóricos, o belga Philippe Van Parijs) da renda básica – criticada por estudiosos de posições muito diversas (cf., p. ex., as intervenções de A. Przeworski, J. Elster e A. Nove in *Zona Abierta*. Madrid: Fund. Pablo Iglesias, n.º 46-47, enero-junio de 1988) e assumida por R. Van der Veen & L. Groot (eds.), *Basic Income on the Agenda: Policy Objectives and Political Chances*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2000; cf. também a documentação da Basic Income Earth Network (existente desde 2004 e continuadora da Basic Income European Network, criada em 1986).

como “política social pobre para os pobres”, dado o seu baixíssimo custo, função do extremo minimalismo das suas metas⁶⁰. Do ponto de vista institucional, o “combate à pobreza” ganhou dimensão planetária com a Cúpula do Milênio (Nova Iorque, setembro de 2000), sob a égide da ONU, da qual saiu a “Declaração do Milênio”, que elaborou os oito Objetivos de desenvolvimento do milênio, a serem colimados até 2015 – apesar da verificação de progressos em algumas regiões e em relação a certos objetivos, está claro que tais objetivos não serão alcançados⁶¹. Mas os “pobres” não precisam se preocupar: o novo presidente do Banco Mundial a partir de 2012, Jim Yong Kim, se diz empenhado num mega-projeto para erradicar a “extrema pobreza” em... 2030.

Dada a magnitude com que a “questão social” (através do pauperismo agravado) se expressa desde então no processo de restauração do capital, gestando problemas para a “boa governança”, o “combate à pobreza” passou a constituir o eixo fundamental da(s) política(s) social(is) – estas substantivamente redimensionadas, adequadas às condições econômico-sociais e ídeo-políticas próprias ao capitalismo contemporâneo e à sua crise⁶². A intervenção estatal sobre a “questão social”, ao contrário de certa retórica mistificadora e das aparências, não se reduziu; antes, foi redirecionada e passou a envolver novas mediações, com o crescente protagonismo de agências não-estatais, sucedâneo da minimização das instituições e organizações do Welfare⁶³. Dissolvida a

60 Cf., para o seu custo em relação ao PIB, na América Latina, os dados de 2009 (os mais altos equivaliam a 0,4% do PIB) sintetizados por I. Boschetti in E. Salvador et alii (orgs.), *Fineirização, fundo público e política social*, ed. cit., p. 51.

61 O texto completo do documento, subscrito por 191 Estados-membros, foi publicado em português – cf. Nações Unidas. Declaração do Milênio. Cimeira do Milênio (Nova Iorque, 6-8 de setembro de 2000). Lisboa: United Nations Information Center, 2001. Lembre-se que, uma década depois, a Comissão Europeia propôs 2010 como “Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social” (a que se seguiu, em 2011, o “Ano Europeu do Voluntariado”).

Permito-me aqui uma referência de caráter pessoal. Coube-me a mim a conferência de abertura da 33ª Conferência Mundial de Escolas de Serviço Social (Santiago do Chile, 28-31/08/2006), na qual sustentei que os objetivos do milênio não seriam alcançados (cf. o texto da conferência em Em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ/Revan, nº 19, 2007, pp. 135-170); debatedor da minha intervenção, jovem economista chileno muito aclamado e obviamente formado nos cânones da Escola de Chicago, debitou minhas afirmações à conta da “ideologia”. Pois bem: anos depois, constato que especialista reconhecido mundialmente, que prestou relevantes serviços à ONU e com o qual não estou “ideologicamente” alinhado, afirma de forma categórica sobre o mais prioritário dos objetivos do milênio (“Reduzir para a metade, até ao ano 2015, a percentagem de habitantes do planeta com rendimentos inferiores a um dólar por dia e a das pessoas que passam fome [...]”): “Esse objetivo, evidentemente, não será alcançado” (J. Ziegler, *Destruição em massa*, ed. cit., p. 37). Como acabamos de ver, linhas acima, o Banco Mundial, agora, adia a meta para 2030...

62 C. P. Pereira e M. C. A. Siqueira oferecem uma bela síntese dos traços mais pertinentes desse redimensionamento no artigo “As contradições da política de assistência social neoliberal”, inserido em I. Boschetti et alii (orgs.), *Capitalismo em crise, política social e direitos*. S. Paulo: Cortez, 2010.

63 A ideológica satanização do Estado e a glorificação ingênua da “sociedade civil”, bem próprias dos quadros ideológicos dominantes na atualidade, têm muito a ver com a consideração acrítica da função das chamadas organizações não-governamentais (ONGs) e do também chamado terceiro setor. Para um tratamento sério e rigoroso de ambos, cf., entre muitas fontes, os estudos de James Petras referidos às ONGs (um deles contido em *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos*

cultura política deste último, o caráter universalista da política social viu-se deslocado pela focalização e pela segmentação⁶⁴; no mesmo andamento, como valor ético fundante foi entronizada a solidariedade – uma solidariedade supra-classista, revivescência de um humanismo abstrato agora compatibilizada com o ideário competitivo e concorrencial de um generalizado “empreendedorismo”: a organização societária que se quer (e é de fato) regulada centralmente pelo mercado oferece aos “excluídos” não um elenco codificado e ampliável de direitos sociais, mas o socorro solidário⁶⁵.

A priorização do “combate à pobreza”, compreensível como objeto de ações estatais e não-estatais em conjunturas emergenciais, é viável em seus objetivos imediatos quando articulada a orientações macro-econômicas e a políticas sociais orientadas para transformações que erradiquem as causas principais de que deriva a emergencialidade. E é precisamente isto o que não se encontra no quadro do capitalismo contemporâneo – tudo demonstra que o “combate à pobreza” se opera sem conexão com diretrizes macro-econômicas tendentes a contrarrestar e reverter as causalidades essenciais do pauperismo atual. Não me parece impróprio dizer que, nestas condições, combater a pobreza assemelha-se a enxugar gelo.

Mais precisamente: num quadro como este, a intervenção assistencial, no seu sentido mais amplo e abrangente, tende com força – independentemente da elaboração teórica que a legitima e para além da vontade dos seus agentes – a converter-se de fato em ação assistencialista. A coberto de outra racionalização, sob o verniz de diferente enunciação discursiva, o velho assistencialismo (re) adquire a ponderação que parecia ter perdido. Se esta linha de interpretação é pertinente, como me parece ser, compreende-se que estão postas o que julgo serem as condições objetivas do que designo como a recidiva assistencialista sobre o e no Serviço Social.

Com efeito, na sequência da desconstrução do Welfare State e dos valores (direitos sociais) nele plasmados, a configuração da assistência social experimentou um processo de refilantropização⁶⁶ – seja nas políticas específicas de assistência,

e Europa. Blumenau: FURB, 1999) e C. Montañó, Terceiro setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. S. Paulo: Cortez, 2002.

Investigação interessante a desenvolver seria aquela que perquirisse o papel das ONGs no processo de precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais (e não só destes profissionais).

64 Cf., a propósito, a contribuição de P. A. P. Pereira e R. Stein ao volume, já citado, *Capitalismo em crise, política social e direitos*.

65 Paradigmáticas da equívoca crença na panaceia alquímica da “solidariedade” são as várias propostas da “Economia Solidária” (ou “Economia Social”). Um exame rigoroso dos fundamentos dessas propostas encontra-se em H. Wellen, *Para a crítica da “economia solidária”*. S. Paulo: Outras Expressões, 2012; cf. também D. Neves, *A recepção da Economia Solidária no Serviço Social*. Rio de Janeiro: UFRJ, tese de doutoramento/PPGSS, 2010.

66 A “refilantropização” referida à assistência foi mencionada pela primeira vez, ao que sei, por uma das autoras brasileiras mais qualificadas no trato da assistência social, Maria Carmelita Yazbek (cf. o seu artigo “A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social”. *Cadernos ABONG-CNAS. Subsídios à I Conferência Nacional de Assistência Social*. São Paulo/Brasília: ABONG-CNAS, 1995). Para uma análise dos limites da assistência como política social,

seja naquelas que contemplam ações assistenciais. Essa refilantropização (de fato, a assistencialização da assistência, operando a contra-pelo do sentido posto pelos direitos sociais) está afetando profundamente a intervenção profissional dos assistentes sociais; é constatação inarredável que a dimensão assistencial da prática do Serviço Social – mas, sublinhe-se, dimensão assistencial submetida ao constrangimento da refilantropização – hipertrofiou-se nas duas últimas décadas em prejuízo do conjunto das outras dimensões constitutivas da prática profissional. Não é exagerado dizer-se que essa assistencialização tem saturado em muito as práticas profissionais do Serviço Social.

A mencionada hipertrofia, nas condições em que se tem efetivado, tende, de uma parte, a reduzir a intervenção profissional ao exercício técnico elementar de uma assistência refilantropizada e, de outro, a reconduzir o discurso teórico-profissional a âmbitos societais microscópicos. Ou seja: de uma parte, a profissão corre o sério risco de perder o estatuto acadêmico a que se alçou com a sua consolidação, convertendo-se em profissão mera e elementarmente técnica e de segunda linha⁶⁷; de outra, os intentos de renovação crítico-teórica tendem a recolocar, mais sofisticadamente, os impasses e limites de uma profissão de corte “psico-social” (ou, como se disse acima, gravitando nos restritos círculos do trabalho centrado em indivíduos e com pequenos grupos) – como é verificável em significativos e recentes esforços de teorização profissional⁶⁸; não é, por exemplo, um detalhe a ser menosprezado que, nesses esforços, intencionalmente críticos, a categoria teórica da exploração não compareça inclusive em boa parte daquelas elaborações que procuram pensar a profissão numa perspectiva “anti-opressiva”⁶⁹.

cf. A. E. Mota (org.), *O mito da assistência social. Ensaio sobre Estado, política e sociedade*. S. Paulo: Cortez, 2008. Vale, também, recorrer ao breve artigo de M. P. Rodrigues, “Assistência x assistencialização”. Em *foco*. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, nº 5, março de 2009.

67 Não é casual a generalizada tendência ao encurtamento do tempo de formação acadêmica (enxugamento dos planos de estudos, dos currículos etc.), inclusive da pós-graduação e, mesmo, da substituição do ensino presencial pelos mecanismos da chamada “educação à distância”. A “refilantropização da assistência”, ademais, abre a via à desprofissionalização na implementação/execução das políticas sociais, de que um índice é o apelo ao voluntariado (sobre este ponto, cf. J. M. Araujo, *Voluntariado: na contramão dos direitos sociais*. S. Paulo: Cortez, 2008).

68 O erudito e detalhado estudo da chilena Teresa Matus (*Punto de fuga. Imágenes dialécticas de la crítica en el Trabajo Social Contemporáneo*. Rio de Janeiro: UFRJ, tese de doutoramento/PPGSS, 2012), trabalhando com a mais recente bibliografia crítica internacional, permite esta inferência (que, seja dito em passant, não me parece compartilhada pela autora). No seu estudo, Matus analisa as expressões mais contemporâneas e diferenciadas da elaboração contemporânea, entre elas a “proposta pós-estrutural de Karen Healy”, “as leituras foucaultianas no Serviço Social”, “as práticas anti-opressivas” e o “Serviço Social baseado na evidência” – tematizando autores hoje muito expressivos no debate profissional (dentre os quais L. Dominelli, B. Burke & P. Harrison, M. Autès, S. Karsz, G. Sanhueza). O esforço analítico de Matus, ainda que se possa discordar das suas teses (e estou entre os que discrepam de muitas delas), merece particular atenção.

69 Perspectiva que, ao que me parece, sofre direta influência do pensamento inspirado em M. Foucault (cf. A. Chambon & A. Irving (eds.), *Reading Foucault for Social Work*. New York: Columbia University Press, 2007). O exílio da categoria de exploração nas análises profissionais (exílio que, por outra parte, refrata a ambiência ideológica hoje dominante nas ciências sociais acadêmicas) é verificável praticamente na totalidade da teorização europeia mais avançada e mais pretensamente renovadora.

Se esta linha de reflexão é correta, a preocupação em preservar, para desenvolver em outro e novo nível, o legado teórico-prático da consolidação do Serviço Social – legado que é condição para que a profissão, renovando-se como tal e sobretudo se adensando também como área de produção de conhecimentos socialmente pertinentes – supõe, mais que nunca, exorcizar a recidiva do assistencialismo: supõe, urgentemente, operar a crítica radical da refilantropização da assistência e travar o combate às suas causalidades econômico-políticas, sociais e ídeo-culturais.

A tarefa é hercúlea, só pode ser levada a cabo coletivamente e implica transcender o mesquinho possibilismo que, nos dias correntes, parece parametrar as práticas profissionais. Mas é tarefa que, pelo menos a meu modesto juízo, vale a pena.